



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 2/2023**

Dispõe sobre o julgamento das Contas da Prefeitura Municipal de Esperantina do exercício de **2017**.

A Câmara Municipal de Esperantina, Estado do Piauí, usando de suas atribuições legais, Regimentais e Constitucionais, faz saber que aprova o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, favorável à **REPROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura Municipal de Esperantina, Estado do Piauí, referente ao Exercício Financeiro de 2017, de responsabilidade da então Prefeita Municipal, **VILMA CARVALHO AMORIM**.

**Parágrafo Único** As Contas de que trata este Artigo, são as constantes do Processo TC. N.º 007049/2018, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

**Art. 2º.** As Despesas, decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementada se necessário.

**Art. 3º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, Esperantina, 03 de novembro de 2023.

Comissão de Finanças

**PROF. FRANCISCO RODRIGUES CHAVES JUNIOR**  
**(JR. RODRIGUES)**

**LUÍS DIONÍSIO**

**DOMINGOS LUIZ FERREIRA**



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto foi formulado com base no parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, constantes do Processo TC. N.º 007049/2018, que, em decisão da Colenda Primeira Câmara em sessão realizada no dia 26 de outubro de 2021;

Relator: Conselheiro KLEBER EULALIO DANTAS; DD. Representante do Ministério Público de Contas: PLINIO VALENTE RAMOS NETO. Pelo voto dos Conselheiros: Conselheiro KLEBER EULALIO DANTAS - Presidente, Conselheiro JACKSON NOBRE VERAS em substituição ao Conselheiro OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO (ausente por motivo justificado), Conselheira Flora Izabel Nobre Rodrigues, emitiu **PARECER DESFAVORÁVEL** à aprovação das contas do Executivo Municipal referente ao exercício de 2017, com a seguinte ementa:

“Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando a informação da III Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal — DFAM, às fls. 01/28 da peça 20, fl. 01 da peça 24, a informação da Divisão de Fiscalização de Regimes Próprios de Previdência Social da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal – DFRPPS/DFAP, às fls. 01/09 da peça 34, o contraditório da II Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal — DFAM, às fls. 01/14 da peça 50, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/16 da peça 52 e fls. 01/02 da peça 55, a sustentação oral do Advogado Wildson de Almeida Oliveira Sousa (OAB/PI nº 5.845), que se reportou às falhas apontadas, o voto do Relator Cons. Relator, Kleber Dantas Eulálio, às fls. 01/02 da peça 69, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a reprovação, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator”

Assim sendo, pedimos aos nobres vereadores a apreciação e deliberação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, Esperantina, 03 de novembro de 2023.

Comissão de Finanças

**PROF. FRANCISCO RODRIGUES CHAVES JUNIOR**  
**(PROF.JR. RODRIGUES)**

**LUÍS DIONÍSIO**

**DOMINGOS LUÍZ FERREIRA**